



Revista Estudos Feministas

ISSN: 0104-026X

ref@cfh.ufsc.br

Universidade Federal de Santa Catarina
Brasil

OLIVEIRA COSTA, ALBERTINA DE
REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS: PRIMEIRA FASE, LOCAÇÃO RIO DE JANEIRO
Revista Estudos Feministas, vol. 12, septiembre-diciembre, 2004, pp. 205-210

Universidade Federal de Santa Catarina
Santa Catarina, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=38114353022>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REVISTA ESTUDOS FEMINISTAS: PRIMEIRA FASE, LOCAÇÃO RIO DE JANEIRO

ALBERTINA DE OLIVEIRA COSTA

Fundação Carlos Chagas

Resumo: Reconstrução das circunstâncias em que foi gestado o projeto de uma revista acadêmica de estudos de gênero no Brasil. Exame de suas características particulares com destaque para a dependência de financiamento externo.

Palavras-chave: Publicações, publicações acadêmicas, estudos de gênero, Brasil.

Considero a existência da *Revista Estudos Feministas* (com a qual estive envolvida, em maior ou menor grau, ao longo dos últimos anos), um foro, espaço público de reflexão e debate – uma conquista que necessita ser constantemente reassegurada e que merece todo o empenho em sua preservação.

Os sucessos são inúmeros mas eu não gostaria de fazer uma rememoração meramente laudatória da trajetória da *Estudos Feministas*, pretendendo tratar da criação da Revista e de seu contexto tanto o imediato, quanto aquele um pouco mais remoto e discutir alguns impasses que enfrentou na sua fase carioca (1991/99 ou *stritu sensu* 1992/98 se nos ativermos aos marcos formais)¹ que me parecem úteis para pensar a situação atual e o futuro das publicações feministas.

A idéia da criação de uma revista surgiu num seminário promovido pela Fundação Carlos Chagas que ficou conhecido como Encontro de São Roque porque foi realizado naquela localidade, no interior de São Paulo, em novembro de 1990. O seminário *Estudos sobre a Mulher no Brasil: avaliação e perspectivas* como o nome indica visava um balanço crítico do estado da produção científica brasileira sobre as temáticas mulher e gênero. As contribuições ao seminário podem ser encontradas no livro *Uma questão de gênero*². É interessante observar que são utilizados tanto o termo estudos sobre a (no singular) mulher, privilegiado no título do encontro, como gênero, preferido no título da publicação, e que este no final da década de 80', ainda tem sabor de inovação. Lia Zanotta Machado, na introdução dessa coletânea, assinala que o Encontro de São Roque veio a se constituir em um marco de passagem na designação estudos da mulher para estudos de gênero.³

Cabe ressaltar que encontros tem essa potencialidade de se transformar em marcos na medida que cristalizam ou sinalizam a expressão de interesses coletivos, ou dito de outro modo, constituem momentos privilegiados com enorme potencialidade de aglutinar aspirações e demandas que se encontravam dispersas, além de construir canais de expressão para elas. Para reforçar esta idéia, talvez seja interessante lembrar que o ano de 1978 (eleições e consolidação da abertura política) foi considerado um divisor de

ALBERTINA DE OLIVEIRA COSTA

águas na periodização dos estudos de mulher, um dos motivos para tanto, foi a realização no Rio de Janeiro do seminário *A Mulher na Força de Trabalho na América Latina*, organizado pelo IUPERJ (Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro) que teve enorme repercussão (parte de seus resultados, as análises qualitativas, pode ser encontrada no livro do mesmo nome, organizado por Neuma Aguiar, 1984). Visto a distância, o impacto do encontro foi realmente forte tanto em sua vertente quantitativa - suas recomendações no que concerne ao conceito de chefia de família foram discutidos por organismos de coleta de dados e levaram o IBGE a reformulação deste quesito - como foi o motor da criação de um grupo de trabalho: *A mulher na força de trabalho*, na ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), que também se encontrava em fase de constituição. O encontro promovido pelo IUPERJ foi, ainda, o cenário de um rumoroso confronto entre acadêmicas e militantes feministas, episódio praticamente isolado quando se lança um olhar retrospectivo sobre a história desta relação no Brasil que vem se pautando pela cooperação harmoniosa. Confronto que sinaliza que a inauguração de novos espaços tende a ser caracterizada por disputas e tensões.

Uma avaliação do campo, no final da década de 80, na altura do encontro de São Roque, apontava uma trajetória ascendente e contabilizava os seguintes aspectos positivos.

A visibilidade do tema tornara-se nítida e sua legitimidade inquestionável, em contraste com a opacidade e a legitimidade, sob suspeita da década anterior quando o tema emergiu nas ciências humanas. A vitalidade da produção acadêmica sobre mulher era invejável; como atestavam inúmeros seminários, grupos de trabalho nas principais associações de pós-graduação (ANPOCS, Associação Brasileira de Antropologia, Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística, Associação Nacional de História) e o crescimento progressivo de núcleos de pesquisa nas universidades.

Para a legitimação do tema convém destacar a contribuição de três eventos:

1. O já mencionado seminário sobre mulher na força de trabalho, com a chancela do IUPERJ que vinha se firmando como centro de excelência no panorama das ciências sociais.

2. A sensação causada pelo curso sobre teorias feministas na Antropologia *Indivíduo e Sociedade: perspectivas antropológicas da mulher* que Leni Silverstein, uma antropóloga americana residindo no Brasil, ofereceu como professora convidada no Museu Nacional da UFRJ. A repercussão do curso foi de tal ordem que a editora Zahar teve a iniciativa (inspirada por Gilberto Velho) de convidar Bruna Franchetto, Maria Laura Viveiros de Castro Cavalcanti e Maria Luiza Heilborn então alunas de pós-graduação em Antropologia Social do Museu para dirigir uma coleção. Convite que resultou na série precursora *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, definida em sua contracapa como "Uma coleção voltada para as Ciências Sociais que visa divulgar este tema como objeto de reflexão, focaliza a multiplicidade de identidades femininas e confronta-as, participando também da discussão política mais ampla sobre as mudanças que afetam a condição da mulher na sociedade brasileira" (1981). Uma versão mais extensa desta missão encontra-se na contracapa do primeiro número.⁴ Os plurais que estariam tão em voga nos anos 90 aqui são aplicados às múltiplas identidades femininas resguardando-se o singular da condição da mulher, o feminismo por sua vez está presente no número inaugural, no artigo "Antropologia e feminismo" onde as editoras ensaiam um mapeamento e avaliação crítica do campo intelectual feminista visando um balanço dos avanços da chamada antropologia da Mulher e "de outro lado coerentes com a tradição dos debates antropológicos examinam o feminismo enquanto um fenômeno social".⁵

3. Finalmente o terceiro evento mais duradouro e cujos efeitos difusos e tentaculares modelaram o campo de estudos de gênero no país, foi o apoio obtido pela Fundação Carlos Chagas para a implementação de um programa abrangente sobre mulher, educação e trabalho, do qual constava um concurso de dotações para pesquisa sobre a mulher. No âmbito deste programa entre 1978 e 1998 seriam realizados oito concursos, financiadas cerca de 300 pesquisas e publicadas diversas coletâneas.⁶ O projeto apresentado à Fundação Ford incluía o lançamento de uma publicação que representasse uma busca de formas alternativas de divulgação deste novo campo de pesquisas. Esta publicação, o jornal *Mulherio* esteve sediada na Fundação Carlos Chagas de 1981 a 1983, período em que foram publicados 15 números. A responsável pela coordenação do projeto era Fúlia Rosemberg e a editora Adélia Borges. Em 1984 um conflito gerado pelo conteúdo do jornal resulta em sua saída da Fundação Carlos Chagas embora a equipe responsável permaneça e, seja mantido o apoio da Ford. É criado o Núcleo de Comunicação Mulherio que terá uma duração de quatro anos, publicando 24 números do jornal até 1988. Inês Castilho substitui Adélia Borges na editoria do jornal. Em 1988, nova mudança acontece, o jornal passa a se chamar *Nexo Feminismo Informação e Cultura*, saem mais dois números sob o novo nome e a publicação desaparece. Embora seja um exemplo precursor de profissionalização de militantes o *Mulherio* não consegue diversificar suas fontes de sustento e não sobrevive ao fim do financiamento da Fundação Ford. O estudo deste caso de ONG feminista precoce, pródigo de ensinamentos, certamente mereceria um aprofundamento.⁷

No entanto apesar da trajetória ascendente dos estudos de gênero, no final dos anos 80 eram diagnosticados os seguintes entraves para o desenvolvimento da área: pequena capacidade de institucionalização, ausência de construção sistemática de um corpo consistente de conceitos teóricos e a persistência da segregação em um espaço exclusivo acompanhado de dificuldades de diálogos mais amplos.

Esta avaliação, que motivou a realização do Encontro de São Roque, também será ação para justificar a criação de uma revista acadêmica.

Os desdobramentos de São Roque foram vários, seu resultado mais palpável foi a coletânea *Uma questão de gênero*, na medida que o encontro estava primordialmente voltado para os avanços substantivos do conhecimento. No entanto foi ali que se constituíram quatro grupos de trabalho que receberam subsídios da Fundação Ford para elaborar propostas em áreas consideradas prioritárias pelas participantes, o primeiro voltado à elaboração de um curso de teoria e metodologia de gênero, o segundo para a criação de uma associação de núcleos de pesquisa, o terceiro para criação de uma revista científica e finalmente o quarto dedicado à criação de um acervo de informações bibliográficas e de documentação em rede. As quatro propostas foram apresentadas para a Fundação Ford mas apenas a Revista obteve financiamento desta agência. No entanto a proposta rede de pesquisadores e núcleos de pesquisa também conseguiu se viabilizar e foi implantada com a denominação de REDEFEM com o impulso inicial de Neuma Aguiar, tendo organizado encontros e publicado coletâneas, atualmente está sediada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS.

Gostaria de ressaltar o fato que não me parece desprovido de consequências, o de que a própria concepção do projeto da revista está intimamente vinculada à expectativa de apoio financeiro da Fundação Ford.

O projeto da revista nasce em São Roque onde é formada uma comissão composta por Ana Vicentini, Heloisa Buarque de Hollanda, Lena Lavinas, Maria Odila Silva Dias e por mim, que juntas elaboramos um projeto editorial. Este documento é lançado em setembro de 1991, através de um esforço amplo de comunicação e consulta à comunidade

acadêmica envolvida com os estudos de gênero, recebendo ampla adesão. Neste processo são incorporadas as discussões do comitê Bila Sorj, Maria Luiza Heilborn, Maria Lucia Mott e Mary Garcia Castro enquanto isto Ana Vicentini deixa o projeto. O surgimento e a existência da Revista foram o resultado de um empenho coletivo mas, sobretudo é fruto da determinação de Lena Lavinas que assumiu primeiro o projeto e depois a Revista, durante boa parte da fase carioca. Foi dela a idéia de impacto de apresentar um número completo, o número 0/92, como projeto à Fundação Ford.

Os primórdios

As reuniões do grupo que elaborava o projeto da Revista eram febris e animadas por discussões acirradas, convém lembrar que esse grupo fora constituído ao acaso e se por um lado reunia pessoas que compartilhavam o compromisso de ver materializado o sonho de uma publicação, de outro juntava pessoas com estilos e gostos diversos que provinham de diferentes instituições, com trajetórias bem diferenciadas, pessoas que mal se conheciam ou que nunca tinham trabalhado juntas, fato que contribuiu para a vivacidade do debate. A disputa mais memorável disse respeito ao nome, muitos foram considerados, mas a cisão principal foi aquela que opôs as defensoras da inclusão do qualificativo feministas para estudos no título e as defensoras da alternativa estudos de gênero. Os argumentos favoráveis a *Estudos Feministas* apontavam para a maior radicalidade do termo, para a importância da declaração de princípios aberta, uma vez que na raiz da reflexão está a prática política do movimento de mulheres enquanto a defesa de estudos de gênero baseava-se na sua maior adequação ao conteúdo da publicação e sua maior conformidade com as expectativas do meio acadêmico.

Foram analisados diversos títulos de publicações estrangeiras e embora a Revista de maior prestígio na área fosse a americana *Signs*, apareciam também os indefectíveis nomes gregos como *Pénélope*, mas sobressaíam como marcadores da nova onda os nomes que ostentavam sua filiação feminista, tanto na Europa como na América, os *Recherches Féministes* e *Feminist Studies* apregoavam que era possível associar feminismo e rigor científico.

Em retrospecto, parece-me um pouco surpreendente que tenha prevalecido a denominação *Estudos Feministas*. Talvez tenha pesado o fato de gênero ser um termo relativamente novo no Brasil, um fator gerador de estranheza, aceito tardivamente nos países de expressão latina mas, penso que o fator preponderante na escolha foi o desejo de criar um produto de vanguarda, exibir rebeldia com excelente conteúdo e produção gráfica de primeira.

A justificativa da criação da Revista estava baseada em dois argumentos, a inexistência no Brasil de uma revista acadêmica que cumprisse a função de divulgar, ampliar e aprimorar a reflexão sobre gênero (a revista *Cadernos Pagu* aparecerá em 1993 vindo a corroborar a existência de uma demanda reprimida por espaços de publicação), ausência inexplicável, uma vez que este campo de estudos havia demonstrado um crescimento vigoroso e vinha contribuindo para a renovação das Ciências Sociais. O segundo argumento vinha refinar o anterior, partia da constatação que ao expressivo crescimento da literatura acadêmica sobre gênero correspondia uma circulação relativamente marginal desta produção restrita aos estudiosos da temática. Este argumento mais tortuoso apontava a necessidade de um veículo específico para a temática, para expandir e aperfeiçoar o diálogo com os diferentes campos do conhecimento. Argumento enfatizado em 1992, no editorial do número zero "A criação da REF, além de servir de expressão dos movimentos sociais de mulheres, pretende antes

de mais nada difundir os conhecimentos de ponta na área de estudos feministas, ampliando e aprimorando esse campo de estudos não apenas entre especialistas mas também entre este e os demais campos de conhecimento".

A ambição da Revista é levar os estudos de gênero para o *main stream* das Ciências Sociais e a maior preocupação de seu comitê editorial sempre foi a excelência. No entanto, seu público preferencial era mais amplo que a comunidade acadêmica, a Revista buscava municiar o movimento social com argumentos consistentes e tencionava ter impacto nas políticas públicas. Seu formato contemplava uma sessão de artigos e um dossiê abarcando diversas contribuições a respeito de temas candentes para o movimento de mulheres. O número trouxe visões contrastantes sobre mulher e meio ambiente refletindo embates travados na recém realizada eco 92.

Traço distintivo da Revista foi seu esforço para se afastar de qualquer conotação institucional. A proposta original é que a Revista deveria ser um porta voz da comunidade acadêmica de estudos de gênero e não estaria vinculada a uma instituição específica. Para expressar de modo claro esta identidade independente propunha-se uma rotatividade de instituições que acolheriam a publicação.⁸ Este eixo central da identidade da Revista contemplou os ideais generosos de democracia, de alternância e de autonomia valorizados pelas feministas mas tornou problemática a construção institucional e a continuidade, a captação de recursos, o que gerou instabilidade, com potenciais crises em cada mudança de base institucional.

A Revista buscou pautar-se por uma grande abertura de temas, áreas disciplinares e autoras(es) a ponto de estabelecer uma regra que impedia publicações da mesma autoria em dois números consecutivos. No entanto, análise retrospectiva de Claudia Lima Costa⁹ mostrou que certas disciplinas como a Sociologia e a Antropologia foram privilegiadas em detrimento das Letras e das Artes.

O formato da Revista comportava as seguintes rubricas: artigos originais, traduções visando garantir o acesso do público brasileiro a produção internacional e suprir necessidades sentidas em cursos universitários e dossiê sobre tema da atualidade, refletindo pluralidade de pontos de vista. Visando incentivar o diálogo entre países, a Revista trazia um encarte com resumos em inglês e francês dos artigos e a versão para o inglês de um artigo, escolhido entre os que forneciam resultados de pesquisa sobre a realidade brasileira. A preocupação com a boa forma refletia-se no projeto gráfico de Silvia Steinberg e Marcellus Schnell.

A qualidade e a boa apresentação faziam da *Estudos Feministas* uma revista cara. Os custos de produção tornavam a existência da Revista muito vulnerável e sua sobrevivência esteve sempre na dependência de financiamentos externos.

Notas

Copyright © 2004 by Revista Estudos Feministas.

¹ Considera a duração oficial, o período que vai da publicação do número zero até o número 13, a duração ampliada contempla o período inicial de elaboração do projeto e um período de transição em que a sede no Rio de Janeiro continuou em funcionamento. A *Revista Estudos Feministas* em sua primeira fase, com a duração oficial de 8 anos (1992-1998), publicou 15 números, sendo 13 regulares, um número especial que reunia as comunicações do *Colóquio Internacional Formação Pesquisa e Edição Feministas na Universidade: Brasil, França e Québec* realizado no Rio de Janeiro sob os auspícios da revista e publicou ainda, na fase de transição um número especial em inglês que trazia o *reprint* de todas versões anteriormente veiculadas.

² COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

³ Lia Zanotta MACHADO, 1992.

ALBERTINA DE OLIVEIRA COSTA

⁴ "Um dos debates que melhor expressa a cena contemporânea é o debate sobre a legitimidade de um ponto de vista feminino tanto sobre sua própria condição de mulher como sobre os demais temas de interesse social. Criou-se, por assim dizer, um estilo, um ângulo de leitura do mundo particular às mulheres. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* é uma coleção que se propõe a participar desse espaço de discussão na sociedade brasileira. Sendo uma coleção basicamente de Ciências Sociais, esse projeto identifica-se com uma nova tradição nas disciplinas acadêmicas: a eleição da mulher como objeto de estudo social, política e epistemologicamente importante. *Perspectivas Antropológicas da Mulher* visa a publicação de trabalhos que procurem colocar e aprofundar o que significa e comporta a diversidade do papel da mulher na sociedade brasileira contemporânea" (1981).

⁵ Bruna FRANCHETTO, Maria Laura V. de C. CAVALCANTI e Maria Luiza HEILBORN, 1981, p. 9.

⁶ Para uma análise detalhada deste programa, ver Cristina BRUSCHINI e Sandra UNBEHAUM, 2002.

⁷ O conteúdo do jornal foi objeto de análises, mas a dimensão da organização permanece descurada.

⁸ As instituições que sediaram a Revista foram: CIEC/ECO/UFRJ (1992-94), PPCIS/UERJ em parceria com IFCS/UFRJ que cedeu a infra-estrutura física (1995-96) e IFCS/UFRJ (1997-99). As editoras da revista foram: Lena Lavinas, da criação até 1994 (6 números); Maria Luiza Heilborn, de 1995 a 1996 (3 números), nesta fase Alice Paiva Abreu assumiu a coordenação do projeto; Ana Arruda e Lena Lavinas, 1996 e 1997 (3 números); Ana Arruda e Leila Linhares Barsted, em 1998 e 1999 (2 números), nesta ocasião Bila Sorj assumiu a coordenação e foi a responsável pela transição.

⁹ Claudia de Lima COSTA, comunicação apresentada na reunião do Conselho Editorial da *Revista Estudos Feministas*, junho de 2001.

Referências

- AGUIAR, Neuma (coord). *Mulheres na força de trabalho na América Latina: análises qualitativas*. Petrópolis: Vozes, 1984
- BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. "Os programas de pesquisa da Fundação Carlos Chagas e sua contribuição para os estudos de gênero no Brasil". In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002. p. 17-58.
- COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro e HEILBORN, Maria Luiza. "Antropologia e Feminismo". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, v. 1, p. 11-47, Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- MACHADO, Lia Zanotta. "Introdução". In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (orgs). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 9-14.

Revista Estudos Feministas: First Period, Location Rio de Janeiro

Abstract: The article recollects the circumstances surrounding the process of creating the project of a Brazilian journal on gender studies. It examines the journal specific features singling out its strong reliance on external support.

Keywords: Publications; academics publications; gender studies; Brazil.